



Por que é hora de repensar a economia

O Brasil está perdendo uma oportunidade excepcional de se desenvolver

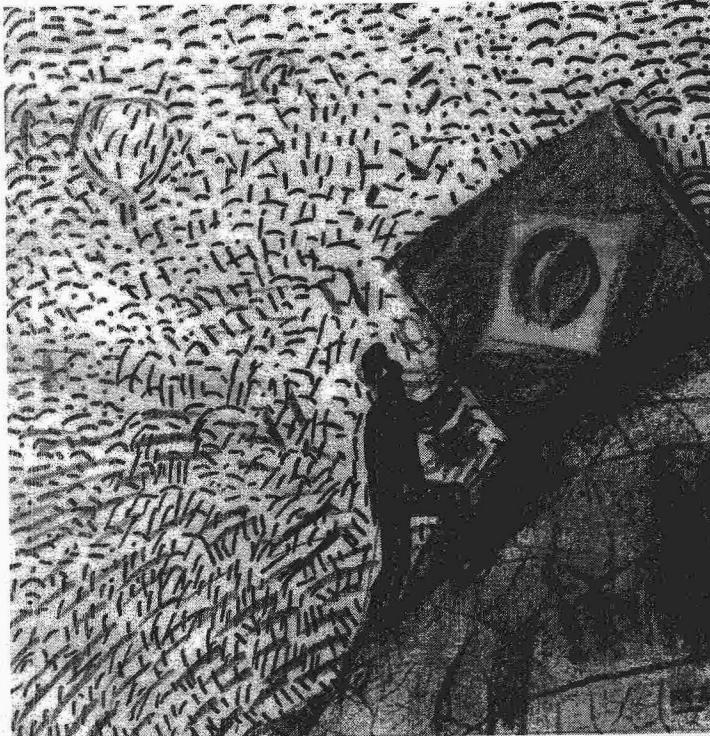
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem ao seu alcance provocar uma inflexão nos rumos da economia, sem interromper a austeridade na política fiscal e o objetivo básico de manter a inflação controlada.

Não obstante a convincente explanação do ministro Antônio Palocci na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (16/11/2005), permaneça ele ou não com as rédeas do Ministério da Fazenda, evidencia-se inexorável apressar o decréscimo da taxa de juros Selic pelo Copom e motivar ação proativa do Banco Central (BC) para recolocar a cotação do real em patamar que não ponha em perigo a caminhada ascendente das exportações brasileiras em 2006 e o benfazejo e crescente superávit da nossa balança de comércio exterior.

Assim clamam a uma só voz partidos aliados do governo — PCdoB, PSB, PL, boa parte do PT, do PMDB e os oposicionistas PDT e PPS. Entidades prestigiadas como a Fiesp, Fiep, ACP e outras batem em uníssono na mesma tecla.

Ninguém contesta em nossa realidade as vantagens do câmbio flexível sobre o fixo, mas só os ingênuos acreditam que apenas o livre jogo do mercado determina o valor da moeda.

O maior juro real do mundo (14%) aqui praticado sem dúvida atrai capitais externos especulativos de curto prazo, que auferem lucro garantido por arbitragem sem risco. O outro efeito perverso desse juro estratosférico (será que só o Brasil está certo?) é o aumento mês a mês, ano a ano, do montante do débito interno, uma vez que 62% dele é rolado com base na taxa Selic, resultando insuficiente o pesado superávit primário que sacrifica obras de infra-estrutura em rodovias e portos e execução de programas na área social e não cobre sequer o total do serviço da dívida.



O dólar valendo menos de R\$ 2,2 obedece a lógica da âncora cambial para forçar a baixa da inflação, instrumento que Carlos Menem adotou por dez anos na Argentina (quase desastrocando a nação) e Fernando Henrique Cardoso no Brasil em seu primeiro quatriênio.

Agora está soando o sinal de alerta, com o IBGE revelando que a produção industrial no 3º trimestre de 2005 teve o pior desempenho desde 2003, enquanto diversos segmentos estão com a competitividade afetada em mercados importadores.

De outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer pífios 3,2% neste ano, repetindo-se performance não muito superior em 2006, abaixo do crescimento dos países em condição similar, pouco diferindo dos oito anos de FHC, em que o Brasil patinou na mísera média de 2,3% ao ano.

Analistas argutos prevêem que se a linha econômica do atual governo mantiver juros altos e real sobrevalorizado, o presidente Lula pode dar adeus

à reeleição e, caso não seja candidato, tampouco elegerá o nome que apoia.

O lamentável é que o período presidencial do ex-líder metalmúrgico coincidiu com invulgar fase de expansão do intercâmbio de comércio e da economia mundial, e o Brasil está perdendo oportunidade excepcional de promover a elevação do PIB, reduzir conta devedora interna e, quem sabe, até diminuir a carga tributária bruta que FHC subiu de 27,9% em 1994 para 35,53% em 2002, embora tenha arrecadado com a privatização das estatais cerca de R\$ 100 bilhões. Nos oito anos de reinado fernandista a relação endividamento líquido/PIB ascendeu de 28% em 1994 para 56,5% em 2002.

Se tiver coragem cívica, vários caminhos se oferecem à escolha do presidente. O mais convencional seria confirmar no cargo e reiterar confiança em Antônio Palocci ou alçar a ministério o secretário-geral Murilo Portugal, unanimidade no chamado “mercado”, que po-

derá, todavia, surpreender adotando medidas para baixar mais rapidamente os juros e reconduzir o câmbio gradativamente ao patamar desejável pelo setor exportador: R\$ 3,00 por dólar.

Outra hipótese não-traumática seria fazer Delfim Netto ministro e o economista Affonso Celso Pastore presidente do BC, ambos defensores de acelerar a queda da taxa Selic e de evitar a apreciação exagerada do real, conforme professam em artigos na imprensa.

Todavia, se o presidente quiser desfocar para valer os holofotes das CPIs, poderá escolher Ciro Gomes para a Fazenda e João Sayad para comandar o BC. Ocorreria terremoto inicial, mas logo os agentes econômicos se lembrarão que Ciro sucedeu FHC no Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco e consolidou a implantação do real, que se tornou lei após sua investidura. Ciro foi prefeito de Fortaleza e governador do Ceará e não fez concessão alguma à gastança, mantendo orçamento equilibrado.

Se nomear João Sayad para a Fazenda e um técnico para a presidência do BC também haveria inovações, provavelmente sem sobressaltos. Em todas as opções aventadas, seria neutralizada a hegemonia financeira do dogmatismo ortodoxo fincado no BC por Henrique Meirelles e pelo todo-poderoso diretor Afonso Beviláqua.

Este é um momento crucial para o presidente refletir sobre o profundo significado da mensagem contida na famosa canção de Geraldo Vandré “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

* Ex-deputado federal e ex-diretor do Banco do Brasil. Autor dos livros “Destino do Brasil: Potência Mundial”, Editora Graal, RJ, 1995, e “Vivência de Fatos Históricos”, Editora Paz e Terra, SP, 2002.